



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 274/04

SESSÃO DE 07.05.2004

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/3864/2003 AI: 2/200315332

RECORRENTE: EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

CONS. RELATORA: FERNANDA ROCHA ALVES DO NASCIMENTO

EMENTA: ICMS – Trânsito – Mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal. Autuação Parcial Procedente, aplicando a penalidade mais benéfica, em decorrência da sanção da Lei 13.418/03. Decisão por unanimidade de votos.

RELATÓRIO:

O autuante na peça inaugural do presente Processo relata que em Ação Fiscal realizada nos C. O. dos Correios, fora constatada a presença de 125 capas para celular, sem Documento Fiscal. Todo o procedimento da Fiscalização em conformidade com o Parecer nº 34/1999 da Procuradoria Geral do Estado e Norma de Execução 07/1999 da SEFAZ.

A Base de Cálculo fora estipulada em R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais)

O autuante indica como infringido o artigo 123, inciso III, alínea "a" da Lei 12.670/1996.

Consta às fls. 04 o Certificado de Guarda de Mercadorias – C.G.M. nº 129/2003.

Ocorre que TEMPESTIVAMENTE a acusada apresentou defesa (fls. 07 a 13), na qual alega o seguinte (resumidamente):

1. Que a ECT foi criada para explorar e executar atividade em nome da União, por outorga dos serviços postais em todo o território nacional;
2. Que o serviço postal está definido em Lei como "recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondências, valores e encomendas, sendo a entrega dos produtos supra citados e o recebimento dos valores uma mera fase para a consecução das finalidades constitucionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, fase esta executada, também através dos contratos ou convênios;
3. Que a ECT não atua no campo de prestação de serviços, pura e simplesmente, mas sim a execução de Serviço Postal, inerente à própria União, tendo um caráter eminentemente social suas atividades;
4. Que o transporte de encomendas efetuado pela ECT em veículo próprio ou por ela locados ou arrendados não representa, portanto um "serviço de transportes", mas apenas um "transporte", sendo este o elo entre o recebimento e a entrega dos objetos postais; são seus argumentos defensórios mais expressivos.

A decisão singular é pela Procedência da autuação.

A Consultoria Tributária, opinou para que fosse reformada a decisão singular para a Parcial Procedência do feito, em decorrência da Lei 13.418/2003.



É O RELATÓRIO.

VOTO DA RELATORA

A presente ação fiscal reclama o transporte de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal.

A empresa autuada comparece aos autos alegando que trabalha com serviços postais, que goza de imunidade e que o Serviço Postal, encontra-se fora do campo de incidência do ICMS.

A Procuradoria Geral do Estado se manifestou por meio do Parecer 34/97, esclarecendo que a Lei 6538/89 não foi recepcionada pela CF/88, no aspecto da imunidade.

A Lei 12670/96 é meridianamente clara em seus arts. 14 e 16, quanto a quem é contribuinte e quem são os responsáveis pelo pagamento do ICMS.

Ademais, as mercadorias objeto da autuação, estavam nas dependências da autuada, desacompanhadas de documentação fiscal.

Isto posto, voto, no sentido que se conheça o recurso voluntário, negar-lhe provimento, para modificar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, decidindo-se pela Parcial Procedência da autuação, aplicando a penalidade mais benéfica, em decorrência da sanção da Lei 13.418/03, nos termos do voto da relatora e da douta PGE.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

BASE DE CÁLCULO.....	R\$ 625,00
ICMS (17%).....	R\$ 106,25
MULTA (30%).....	R\$ 187,50
TOTAL.....	R\$ 293,75

É O VOTO.

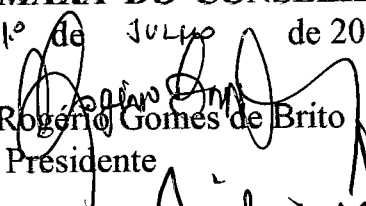


DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.

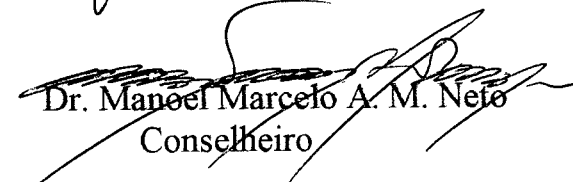
RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para modificar a decisão CONDENATÓRIA proferida pela 1ª Instância, decidindo-se pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da autuação, aplicando a penalidade mais benéfica, em decorrência da sanção da Lei 13.418/03, nos termos do voto da relatora e do parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

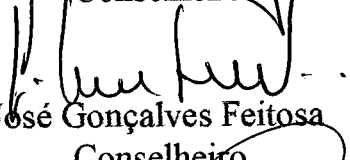
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 1º de ~~JULHO~~ de 2004.

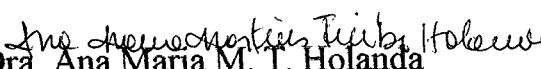

Alfredo Rogério Gomes de Brito
Presidente


Dra. Fernanda R. A. do Nascimento
Conselheira Relatora


Dra. Helena Lúcia B. Farias
Conselheira


Dr. Manoel Marcelo A. M. Neto
Conselheiro


Dr. José Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Dra. Ana Maria M. T. Holanda
Conselheira


Dr. Frederico Hozanan P. de Castro
Conselheiro


Dr. Fernando César C. A. Ximenes
Conselheiro

Dr. Cristiano Marcelo Peres
Conselheiro


Matheus Viana Neto
Procurador do Estado